

KUPFER, D. A Doutrina da Azeitona. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 17/03/2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/a-doutrina-da-azeitona.ghtml>.

---

## A Doutrina da Azeitona

17/03/2014

Gradativamente, a indústria brasileira vai se ajustando ao quadro macroeconômico extremamente desafiador que se cristalizou nos últimos anos. Na medida em que as estatísticas do ano passado vão sendo divulgados e análises mais aprofundadas começam a vir a tona, percebe-se que, ao fim e ao cabo, o ano de 2013 não foi perdido. Muito além de um crescimento do PIB de apenas 2,3% - embora até razoável em comparação ao de outros países emergentes na difícil conjuntura mundial do período, sem dúvida frustrante em relação às expectativas - o ano passado mostrou mudanças positivas na trajetória de algumas importantes variáveis da cena industrial.

Dentre as variáveis que apresentaram inflexão em 2013 e passaram a apontar para uma direção mais favorável cabe destacar os custos industriais e a produtividade. Após muitos anos, o indicador de custos industriais calculado pela CNI expandiu-se em ritmo inferior aos preços industriais, provocando um bem-vindo alívio na rentabilidade da produção. Parcela importante desse comportamento deve-se à queda dos custos de insumos intermediários, com destaque para a energia. Já o custo com pessoal apresentou crescimento de 7,5%, ainda que quando medido em dólares (relação câmbio-salário) o rendimento médio do trabalho na indústria tenha ficado 2,5% abaixo do nível verificado em 2012.

Quanto à produtividade da indústria, em 2013 constatou-se um crescimento de 2,4%, em consequência de um aumento de 1,3% na produção e de uma queda de 1,2% no número total de horas pagas, de acordo com o IBGE. Apesar de insuficiente para compensar a estagnação acumulada nos dois anos anteriores, essa melhora na produtividade, juntamente com a desvalorização cambial, possibilitou que o indicador de custo salarial unitário da economia (remuneração em dólares paga para a obtenção de uma quantidade de produto, ajustada pela produtividade) recuasse 3,8% de janeiro a novembro de 2013. A interrupção da ascensão que vinha sendo exibida pelo indicador desde 2004 certamente deverá ajudar na recuperação da competitividade da indústria no corrente ano.

Aqui é interessante alargar o período de observação. De acordo com a metodologia do Banco Central do Brasil, ao final de 2004 o custo salarial unitário da economia brasileira estava em um nível quase 40% inferior ao de junho de 1994, no imediato pós-real. Isso significa que uma parcela significativa do crescimento dos salários à frente da produtividade ocorrido entre esses anos correspondeu, de verdade, a uma recomposição da remuneração do trabalho, provavelmente corroída pela inflação alta e crônica do período anterior. Tanto é assim que, tomando-se essa base em junho de 1994, ao final de 2008 os custos salariais haviam acumulado um aumento de 3,4% em 14 anos, montante que, em nenhuma hipótese, pode ser considerado como uma trajetória explosiva de crescimento.

No entanto, após a grande crise de 2008 os números ganharam contornos diferentes. Em vista dos efeitos conjugados da revalorização cambial, da estagnação da produtividade e do forte aquecimento do mercado de trabalho, especialmente dos serviços, o custo salarial unitário iniciou uma verdadeira escalada que provocou um aumento acumulado de mais de 40% em apenas quatro anos. É exatamente a reversão dessas três condições adversas, com a desvalorização cambial, a retomada da produtividade e o esfriamento do mercado de trabalho ocorridos em 2013 que justifica a melhora no quadro esperado para o futuro próximo.

Especificamente sobre qual o fôlego da retomada da produtividade, pesquisas recentes com empresários (CNI, Ipea) mostram que a ampla maioria dos entrevistados considera que a produtividade da sua empresa vem aumentando. Segundo, por exemplo, o Radar Ipea n. 41, de fevereiro de 2014, com referência aos últimos cinco anos, 68% das empresas estão nesse caso. Contrastado com o indicador agregado de produtividade que, ao contrário, mostra estagnação nesse período, fica um paradoxo a ser esclarecido: como ações individuais de busca de produtividade, consideradas bem-sucedidas da porta da fábrica para dentro, podem coexistir com um resultado agregado claramente tão pouco satisfatório.

A explicação desse paradoxo requer uma reflexão sobre a economia política da produtividade no Brasil. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, o principal obstáculo ao incremento da produtividade na opinião das empresas respondentes é a baixa qualificação da mão de obra. Em segundo lugar está a baixa escala de produção. O terceiro fator mais importante é o mau desempenho dos fornecedores em termos de prazo e de confiabilidade. Enfim, todos fatores externos à empresa. Somente após aparecem a falta de investimento em inovação, a baixa qualidade dos equipamentos utilizados e os métodos de gestão inadequados, quer dizer, fatores que estão sob a esfera direta de atuação das próprias empresas.

A produtividade é a azeitona na empada da produção. E, como ensina a sabedoria popular, ninguém coloca a sua azeitona na empada do outro. De acordo com o Dieese, com base nas Contas Nacionais do IBGE, em 2009 apenas 20% das ocupações pertenciam a setores com níveis de produtividade superiores à média da economia e, ainda, apenas 4% dos trabalhadores estavam em setores com o dobro ou mais do que essa média. Esse padrão tão desigual de geração de valor é o grande problema a ser enfrentado. E essa é uma empreitada coletiva, envolvendo capital e trabalho, que não conseguirá avançar sem que se construa um pacto social capaz de ordenar a forma como os ganhos de produtividade venham a ser distribuídos na justa medida em que forem se concretizando.